

EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA – DATAPREV S.A.**DEPARTAMENTO DE COMPRAS****DIVISÃO DE CONTRATAÇÕES****PROCESSO Nº 44103.009302/2022-84****EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 853/2022**

OBJETO: Contratação por 12(doze) meses, podendo ser prorrogado por mais 48 (quarenta e oito) meses, de prestação de serviço de seguro de vida em grupo aos empregados, extraquadros, dirigentes, requisitos, jovens aprendizes e por obrigação legal, aos estagiários da DATAPREV.

APENSO	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXOS	I MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS E PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇOS /VAZIA
	II MODELO DE TERMO DE SIGILO
	III MINUTA DE CONTRATO

ÍNDICE:

<u>ITEM</u>	<u>ASSUNTO</u>
1	DO OBJETO
2	DA PARTICIPAÇÃO
3	DO CREDENCIAMENTO
4	DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
5	DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
6	DA FORMULAÇÃO DOS LANCES
7	DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS
8	DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
9	DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO
10	DOS RECURSOS
11	DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO
12	DA GARANTIA DO CONTRATO
13	DAS CONDIÇÕES DE ACEITAÇÃO DO OBJETO
14	DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
15	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E CONTRATUAIS
16	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
17	DOS PRAZOS
18	DO FORO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 853/2022

PROCESSO Nº 44103.009302/2022-84.

ENVIO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 22/05/2023

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 10:00horas do dia 02/06/2023.

LOCAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

A **Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – DATAPREV S.A.**, por intermédio do pregoeiro e sua equipe de apoio da Dataprev Filial Rio de Janeiro, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local acima indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO TOTAL**, no regime de execução de serviço, **NO MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO**, de acordo com as condições deste Edital e seus anexos.

O setor da DATAPREV interessado no objeto da presente licitação é **Divisão de Benefícios de Pessoal – DIBE**.

Esta licitação observará as condições estabelecidas no presente Edital, bem como os preceitos do direito público, em especial as disposições da Lei nº 10.520 de 17/07/2002, do Decreto nº 10.024 de 20/09/2019, da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, e subsidiariamente aos dispositivos da Lei nº 13.303 de 30/06/2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos da DATAPREV.

1. DO OBJETO

Contratação por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por mais de 48 (quarenta e oito) meses, de prestação de serviço de seguro de vida em grupo aos empregados, extraquadros, dirigentes, requisitos, jovens aprendizes e por obrigação legal, aos estagiários da DATAPREV.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Somente será admitida a participação, nesta licitação, de empresas devidamente cadastradas no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF** e que atenderem às demais condições constantes deste Edital e seus Anexos.

2.2. Com vistas à aplicação do tratamento diferenciado e favorecido pela Lei Complementar nº 123/2006 de 14/12/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão incluir, em campo próprio do sistema eletrônico, a respectiva declaração desta condição.

2.3. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

2.3.1. Em processo de recuperação judicial, cujo respectivo plano ainda não tenha sido concedido ou homologado judicialmente, nos termos da Lei nº 11.101/2005, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

- 2.3.2.** Que estejam declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública ou com o direito de licitar e contratar suspenso com a DATAPREV, mediante a consulta cumulativa aos seguintes cadastros:
- 2.3.2.1.** SICAF;
- 2.3.2.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União - CGU (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- 2.3.2.3.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 2.3.2.4.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União - CGU(www.portaldatransparencia.gov.br/cnep);
- 2.3.2.5.** Lista de Inabilitados e Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/pls/apex/f?p=2046:5>);
- 2.3.3.** Empresas estrangeiras que não estejam autorizadas a operar no País.
- 2.3.4.** A consulta aos Cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 2.3.5.** O procedimento disciplinado no item 2.3.2. poderá abranger outros cadastros instituídos por Lei ou Ato Normativo do Poder Público.
- 2.3.6.** Que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias integrais entre si, ou ainda que, independentemente, nomeiem um mesmo representante;
- 2.3.7.** Não poderá participar desta licitação todo aquele que se enquadrar art. 38 da Lei nº 13.303/2016 e no art. 21 do Regulamento de Licitações e Contratos da DATAPREV.
- 2.4.** Será permitida a participação de seguradoras em regime de co-seguro, devendo a proposta única, neste caso, ser apresentada pela líder, nos termos **do subitem 4.5.** deste Edital, e identificando expressamente a líder e as co-seguradas com os respectivos percentuais de responsabilidades.
- 2.4.1.** A constituição do co-seguro ser efetivada por compromisso público ou particular, assumido em conjunto pela líder e por cada uma co-seguradoras, com a

declaração expressa de que tal compromisso valerá para todos os termos do presente Edital e, no caso de proposta vencedora, para a Apólice emitida pela líder.

- 2.4.2. A comprovação de compromisso público ou particular, a que se refere o Subitem 2.4.1., deverá acompanhar a documentação de HABILITAÇÃO a ser apresentada pela líder, nos termos do item 8 deste Edital.
- 2.4.3. Qualquer seguradora somente poderá participar deste Pregão Eletrônico em uma única proposta, seja de forma individual, seja sob o regime de co-seguro.
- 2.4.4. Em havendo co-seguro, na Apólice a ser emitida deverá ser inserida uma cláusula dispondo que o líder será a única seguradora diretamente responsável, por si própria e pelas co-seguradoras, perante a DATAPREV, quanto ao fiel cumprimento de todos os compromissos assumidos nos termos do presente Edital, da proposta apresentada e da apólice emitida.
- 2.4.5. A seguradora líder será responsável pelo recebimento de prêmios e repasse às co-seguradoras das parcelas que lhes couberem, bem como pelo pagamento integral à DATAPREV das indenizações devidas em decorrência de sinistros, independentemente do recebimento das cotas-parte das co-seguradoras.

3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (Art. 9º, § 1º, do Decreto nº 10.024/2019), no “site” <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 3.2. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica, credenciar-se previamente no SICAF (Art. 19, I do Decreto nº 10.024/2019).

4. DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 4.1. O licitante deverá responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (Art. 19, inciso III, do Decreto nº 10.024/2019).
- 4.2. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (Art. 19, Inciso IV, do Decreto nº 10.024/2019).

- 4.3. A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação de chave de acesso e senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento do **preço total da proposta e documentos de habilitação exigidos no edital, em campo próprio, até as 10:00 horas do dia 02/06/2023, horário de Brasília, exclusivamente por meio do sistema eletrônico** (Arts. 26 e 27 do Decreto nº 10.024/2019).
- 4.4. Somente até o horário previsto para a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 4.5. Como requisito para a participação no pregão o licitante deverá manifestar, em forma de Declaração, enviada através do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (Art. 26, § 4º, do Decreto nº 10.024/2019) e que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do Art. 1º e no Inciso III do Art. 5º da Constituição Federal, que atende a cota de acessibilidade, prevista no Art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e de aprendizagem, fundamentada no Art. 429 da CLT.
- 4.5.1. A declaração falsa, relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitará a licitante às sanções previstas no item 15 do Edital. (Art. 26, § 5º, do Decreto nº 10.024/2019).
- 4.6. A Proposta de Preços contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, deverá ser formulada e enviada exclusivamente por meio do sistema eletrônico (Arts. 26 e 27 do Decreto nº 10.024/2019), no prazo máximo de até **24 (vinte e quatro) horas** após o término da etapa de lances, atualizada em conformidade com o último lance ofertado, contendo os seguintes dados:

O Prêmio Total (PT) da proposta para cobertura do Seguro Compulsório deverá ser obtido através da seguinte fórmula:

$$PT = 8.518.015.753,50 / 1000 \times TAXA COMERCIAL$$

Sabendo-se que a Taxa Comercial oferecida pela Seguradora deverá ser aplicada a cada mês, diretamente sobre cada R\$ 1.000,00 (um mil reais) do Capital Total Mensal Segurado então efetivamente apurado e informado pela DATAPREV.

- 4.6.1. Constar **preço mensal e o preço total da proposta**, em moeda corrente nacional (R\$), expresso em algarismos e por extenso, estando incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas, ressalvada a hipótese prevista no Art. 81, §5º da Lei nº 13.303/2016 e art. 108, § 4º do Regulamento de Licitações e Contratos da DATAPREV.

- 4.6.1.1.** Será obrigatório enviar junto com a proposta acima o **Anexo I – Modelo de Proposta de Preços**, preenchida em modelo semelhante à planilha padrão da DATAPREV.
- 4.6.1.2.** A unidade e a quantidade adotada no **Anexo I** não poderá ser modificada.
- 4.6.1.3.** Para efeito de elaboração da proposta, somente será admitida proposta com valores constantes de apenas 02 (duas) casas decimais, conforme **Planilha de Preços (Anexo I)**.
- 4.6.2.** Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de abertura deste pregão.
- 4.6.3.** **Local de Prestação dos Serviços: Conforme Item 7 do Apenso – Termo de Referência deste Edital.**
- 4.6.4.** Não serão considerados propostas ou lances relativos a quantidades inferiores às estabelecidas na **Planilha de Preços (Anexo I)**.
- 4.6.5.** **Prazo de Vigência:** O prazo contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do respectivo Pedido de Compras/Contrato, podendo ser prorrogado, limitado a 05 (cinco) anos (**Art. 71 da Lei nº 13.303/2016 e 110 do Regulamento de Licitações e Contratos da Dataprev**), com início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último e desde que fique, inquestionavelmente, demonstrado o benefício advindo desse ato para a DATAPREV, conforme **Item 8 do Apenso – Termo de Referência** deste Edital.
- 4.6.6.** Será permitido o reajuste do valor do contrato, relativo ao objeto desta licitação, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data limite para a apresentação da proposta constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrente do mercado.
- 4.6.6.1.** Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.
- 4.6.6.2.** Caberá, à CONTRATADA, a iniciativa de apresentar sua planilha de preços para fins de reajuste, bem como as comprovações das variações ocorridas.
- 4.6.6.3.** Os reajustes a que o contratado fizer jus e não forem solicitados durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

- 4.6.7.** As microempresas e as empresas de pequeno porte, que estejam em condição de usufruir os benefícios previstos no Art. 42 e os demais da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, deverão declarar, no ato do lançamento das propostas no Portal de Compras do Governo Federal – Compras Governamentais, no campo DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR, que são microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do Art. 3º, Incisos I e II, da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.
- 4.6.8.** O não atendimento ao disposto no **subitem 4.6.7.** implicará renúncia ao direito de usufruir os benefícios estabelecidos na Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.
- 4.6.9.** A renúncia configurada na forma do subitem anterior igualará, para todos os efeitos desta licitação, a microempresa ou empresa de pequeno porte renunciante aos outros participantes do certame que não desfrutam dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.
- 4.6.10.** Em caso de omissão de qualquer prazo fica estabelecida a prevalência dos prazos constantes neste Edital.
- 4.7.** Declaração de Elaboração Independente de Proposta. Não sendo prestada a declaração estará caracterizado o indício de irregularidade, fato este que permitirá à DATAPREV respeitando o Princípio Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa (Art. 5º, Inciso LV, Constituição Federal), promover eventual anulação da contratação e comunicação ao Ministério Público Federal (Art. 178 da Lei nº 14.133/2021).
- 4.8.** Somente até o horário previsto para a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 4.9.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances (Art. 26, § 8º, do Decreto nº 10.024/2019).
- 4.10.** Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

5. DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 5.1. A partir das 10:00 horas do dia 02/06/2023** e em conformidade com o **subitem 4.3** deste Edital, terá início a sessão pública do **Pregão Eletrônico nº 853/2022**, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances, conforme previsto neste Edital e de acordo com o Decreto nº 10.024/2019.

6. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 6.1.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 6.1.1. Para efeito de lances, será considerado o menor Preço Total Anual (PTA do Seguro Compulsório).**
- 6.1.2.** O preço total estimado para a presente licitação é de **R\$ 2.044.323,78 (dois milhões, quarenta e quatro mil, trezentos e vinte e três reais e setenta e oito centavos)**.
- 6.2.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para a abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital.
- 6.3.** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 6.4.** Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.4.1.** O licitante somente poderá oferecer valor inferior (ou maior percentual de desconto) ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores (ou de percentuais) entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta. (Art. 30, § 3º, do Decreto nº 10.024/2019).
- 6.5.** Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte favorecidas pela Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

- 6.5.1.** Entende-se por empate a situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, desde que esta não tenha sido apresentada, também, por uma microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 6.5.2.** Ocorrendo empate, na forma do subitem anterior, será procedido da seguinte forma:
- a)** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
 - b)** Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes, que por ventura se enquadrem na hipótese do **subitem 6.5.1.**, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito.
 - c)** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo de 5% (cinco por cento) será realizado sorteio entre elas (Art. 44 e 45, Inciso III da Lei Complementar 123/2006).
- 6.6.** No modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.
- 6.6.1.** Encerrado o prazo previsto no subitem 6.6, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 6.6.2.** Encerrado o prazo de que trata o subitem 6.6.1, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez) por cento superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.6.3.** Na ausência de, no mínimo, 03 (três) ofertas nas condições de que trata o subitem 6.6.2., os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
- 6.6.4.** Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 6.6.2. e 6.6.3., o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

- 6.6.5.** Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens 6.6.2. e 6.6.3., haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem 6.6.4 do Edital.
- 6.6.6.** Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem 6.6.5 do Edital.
- 6.7.** Quando não for possível a conclusão do certame durante a sessão, o pregoeiro suspenderá o pregão, divulgando, no “chat”, a data de reabertura para aceitação da(s) proposta(s) e habilitação do(s) licitante(s). Para uma eventual interposição de recursos, os licitantes deverão estar conectados.
- 6.8.** São admitidos como válidos e originais os documentos eletrônicos emitidos por meios de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil e aceitos pela DATAPEV, respeitando-se os prazos e condições exigidos nos subitens 4.6 e 4.10 do edital.

7. DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO

- 7.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.
- 7.1.1.** A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.1.2.** Caso o licitante aceite a contraproposta do pregoeiro, deverá encaminhar no prazo de até 24 horas proposta adequada ao último lance ofertado, após a negociação que trata o **item 7.1.** (art. 38, §2º do Decreto nº 10.024/2019).
- 7.2.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do (parágrafo único do art. 7º, parágrafo 9º do art. 26 e art. 40 do Decreto nº 10.024/2019).
- 7.2.1.** A análise do menor preço implicará também na verificação dos preços ofertados de forma unitária, a luz dos valores constantes da estimativa de preço detalhada do objeto licitado que compõem a planilha de orçamento e preço.

7.3. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta **subsequente** e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

7.3.1. Ocorrendo a situação a que se refere o **subitem 7.3**, o pregoeiro deverá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.4. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

8. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. A habilitação obrigatória e parcial do licitante detentor da melhor oferta será verificada “*on line*”, no **Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF**, após encerramento da etapa de lances. É assegurado ao licitante, que esteja com algum documento vencido no SICAF, o direito de apresentar a documentação atualizada e válida na data de abertura da licitação dentro do prazo estabelecido no **subitem 4.6.** do Edital.

8.1.1. A análise da habilitação no SICAF visa comprovar a regularidade e validade da Certidão emitida pela Receita Federal do Brasil (débitos relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Encargos Previdenciários), da CRF - Certidão de Regularidade do FGTS emitida pela Caixa Econômica Federal, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, conforme art. 58, I da Lei nº 13.303/2016 c/c art.642-A da CLT e das Certidões de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.1.2. A empresa licitante deverá comprovar que possui capital social ou patrimônio líquido mínimo de **R\$ 204.432,37 (duzentos e quatro mil. quatrocentos e trinta e dois reais e trinta e sete centavos)**, na data da apresentação da proposta, independente dos índices contábeis, por ocasião da consulta ao SICAF.

8.2. As microempresas e empresas de pequeno porte, favorecidas pela Lei Complementar nº 123/2006 de 14/12/2006 e que apresentarem restrição na comprovação de regularidade fiscal, serão consideradas inicialmente habilitadas neste quesito, sendo-lhes assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados do encerramento da fase de aceitação/habilitação, para regularização da documentação.

8.2.1. A não regularização da documentação, no prazo previsto no **subitem 8.2**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

- 8.3.** Declaração da proponente de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigosos ou insalubres e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Art. 7º, Inc. XXXIII, da Constituição Federal.
- 8.4.** As declarações previstas nos subitens **4.7 e 8.3** deste Edital deverão ser enviadas ao Portal de Compras do Governo Federal – Compras Governamentais no momento do envio da proposta do citado sítio, as quais só serão visualizadas e impressas pelo pregoeiro na fase final da etapa de lances. Também será necessário o envio ao sítio Compras Governamentais da Declaração constante do subitem **4.5** deste Edital, requisito obrigatório para participação no Pregão Eletrônico.
- 8.5.** Apresentar, no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica (declaração ou certidão), em papel timbrado do emitente, em original ou cópia autenticada, firmado por pessoa jurídica de direito pública ou privado, comprovando o perfeito cumprimento das obrigações da mesma natureza das que constituem o objeto desta licitação.
- 8.6.** As licitantes deverão apresentar perante a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, podendo ser também a certidão de regularidade da SUSEP.
- 8.7.** A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País deverá apresentar também o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir e ainda observar o Art. 41 do Dec. nº 10.024/2019.
- 8.8.** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos requeridos neste Edital e seus anexos.
- 8.9.** A não apresentação de qualquer dos documentos indicados neste item implicará a inabilitação do licitante.

9. DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

- 9.1.** Até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para a abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do Pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no **subitem 16.5** do Edital, conforme previsto no Art. 24, do Decreto nº 10.024/2019.
- 9.1.1.** A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento da impugnação.
- 9.1.2.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

9.1.3. Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

9.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma prevista no **subitem 16.5** do Edital, conforme Art. 23 do Decreto nº 10.024/2019.

9.2.1. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

9.2.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor, o pregoeiro abrirá o prazo de, **no mínimo, 30 (trinta) minutos** para que o licitante possa registrar, de forma imediata, em campo próprio do sistema, sua intenção de recorrer.

10.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo pregoeiro ao vencedor.

10.3. As razões do recurso de que trata o **subitem 10.1** deverão ser apresentadas no prazo de 03 (três) dias, em campo próprio do sistema, que será disponibilizado a todos os licitantes (Art. 44 do Decreto nº 10.024/2019).

10.4. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias, contado da data final do prazo do recorrente, também em campo próprio do sistema. (Art. 44 do Decreto nº 10.024/2019).

10.5. É assegurada aos licitantes vista imediata ao Processo com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contrarrazões.

10.6. O acolhimento do recurso implica tão somente na invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.

10.7. Qualquer recurso contra a decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo, salvo quando interposto nos casos de habilitação, inabilitação ou julgamento de propostas.

11. DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

11.1. Procedida a homologação pela autoridade competente e a adjudicação proferida pelo pregoeiro, a empresa adjudicatária, após convocação por escrito e protocolizada, deverá

comparecer à **Divisão de Contratações – DICR**, situada na **Rua Professor Álvaro Rodrigues, nº 460 – Sala 1101 – Botafogo – Rio de Janeiro/RJ**, no prazo de 3 (três) dias úteis após a convocação, para retirada do respectivo Contrato/Pedido de Compras, sendo obrigatória a sua devolução, devidamente assinado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis. Caso o envio do Contrato/Pedido de Compras seja feito por e-mail, o prazo de devolução da documentação devidamente assinada, permanece de no máximo 05 (cinco) dias úteis.

- 11.2. O prazo de retirada e devolução do Pedido de Compras/Contrato poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela DATAPREV.
- 11.3. Para os licitantes situados fora do município do Rio de Janeiro, caso o envio do Contrato/Pedido de Compras não ocorra via e-mail, os mesmos serão enviados através do Correio, que deverão ser assinados e reenviados **IMEDIATAMENTE** ao endereço descrito no subitem 11.1, com tolerância máxima de 05 (cinco) dias úteis.
- 11.4. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o Pedido de Compras no prazo estabelecido, bem como não apresentar as mesmas condições exigidas para sua participação e habilitação neste certame, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às sanções previstas neste Edital, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis.
- 11.5. Expirado o prazo fixado nos **subitens 11.1. e 11.3.**, a DATAPREV poderá convocar as proponentes remanescentes, por ordem de classificação, para os fins ali indicados, em igual prazo, ou revogar a licitação.
- 11.6. As proponentes convocadas na hipótese prevista no **subitem 11.5.** e após o transcorrido o prazo especificado no item 4.6.2., não ficarão sujeitas às penalidades em caso de não aceitação das condições ali indicadas.

12. DA GARANTIA DO CONTRATO

- 12.1. Para assinatura do Contrato, a licitante vencedora deverá observar as condições constantes da **Minuta de Contrato (Anexo III)** para este item, caso houver.
- 12.2. Caso haja, a contratada deverá apresentar ao Setor Financeiro da DATAPREV, até o pagamento da primeira fatura, o seguro garantia em uma das modalidades previstas no Art. 70 da Lei nº 13.303/2016 e art. 90 do Regulamento de Licitações e Contratos da Dataprev que conferirá e verificará a autenticidade do respectivo documento.

13. DAS CONDIÇÕES DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

13.1. A DATAPREV enviará até o dia 10 de cada mês, a relação de segurados, contendo todas as informações necessárias para a emissão da fatura. Com a relação em mãos, a seguradora enviará à DATAPREV / Divisão de Benefícios de Pessoal - DIBE, a respectiva fatura, tendo como vencimento, o último dia útil do mês seguinte ao da competência.

13.2. A fatura deverá estar acompanhada das seguintes certidões:

13.2.1. Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, incluindo as inscrições em Dívida ativa do INSS – CND;

13.2.2. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;

13.2.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

13.2.4. Certidão de Regularidade da SUSEP.

13.2.5. Certidão Negativa de Débito Trabalhistas.

13.2.6. Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos estaduais e municipais.

13.3. Os serviços serão prestados em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, cobrados mediante documentação fiscal hábil e ratificados no Pedido de Compras/Contrato.

13.4. Será indispensável mencionar o número do Pedido de Compras/Contrato em toda a documentação referente ao serviço.

13.5. Não serão aceitos serviços que não tenham sido autorizados por Pedido de Compras/Contrato, ou que, por qualquer motivo, não estejam de acordo com os termos e condições estabelecidos, observando-se o disposto no **subitem 13.6.**

13.6. Todos os serviços prestados serão aceitos, em princípio, sob condição, sujeitando-se à inspeção de controle de qualidade. Caso seja detectado algum problema na prestação do serviço pelo Gestor do Contrato, será emitido laudo técnico desfavorável.

- 13.7. No caso de não aceitação do objeto, a CONTRATADA deverá sanar a irregularidade dentro do prazo que for estabelecido ou apresentar recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da notificação, cabendo à DATAPREV a solução final e definitiva da questão.

14. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 14.1. A documentação de cobrança deverá ser enviada para à Unidade Central de Recebimento – UCR da Dataprev, localizada na Rua Professor Álvaro Rodrigues, 460 – Botafogo – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 22240-080, e conforme **item 6 do Apenso – Termo de Referência**, dentro do horário comercial, após a medição dos serviços pelo gestor que informará ao contratado o valor a ser cobrado, devendo indicar o número do Pedido de Compras/Contrato, observando o disposto **no item 13** e nos **subitens 14.2 e 14.3** deste Edital.
- 14.1.1. A DATAPREV irá reter os valores referentes a IRPJ, CSLL, COFINS e PIS/PASEP, conforme tabela anexa à Instrução Normativa/RFB vigente. Caso a CONTRATADA esteja dispensada da retenção, por força de isenção, não incidência ou alíquota zero, na forma da legislação específica, deverá ser destacada, no corpo da apólice de seguro, a fundamentação legal da dispensa da retenção, conforme estabelece tal Instrução Normativa.
- 14.1.2. A Apólice terá cobertura anual, com início de vigência previsto para até 90 dias após a assinatura do Pedido de Compras/Contrato, com Prêmios pagos mensalmente.
- 14.2. O pagamento será feito, preferencialmente, mediante crédito em cota bancária ou por meio de ordem bancária fatura com código de barra ou ordem de crédito. A CONTRATADA deverá indicar no documento de cobrança a modalidade e os elementos de pagamento.
- 14.3. A DATAPREV não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se de quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.
- 14.4. A DATAPREV não pagará juros de mora por atrasos de pagamentos referentes a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste Edital e do Pedido de Compras/Contrato.
- 14.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela DATAPREV será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde :

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga.

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365}$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa= 6%.
anual

14.5.1. A compensação financeira prevista nesta condição dar-se-á no mesmo ato da fatura em mora, desde que este atraso não tenha decorrido de fato de responsabilidade direta ou indireta da CONTRATADA.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E CONTRATUAIS

15.1. Desde que convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, a recusa injustificada da adjudicatária em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido no **subitem 11.1. e 11.3** do Edital, apresentar documentação falsa, deixar de entregar documentação exigida no Edital, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do fornecimento, comportar-se de modo inidôneo, declarar informações falsas e cometer fraude fiscal, garantido o direito de defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a **União pelo prazo de até 5 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e seus Anexos e das demais cominações legais.

15.2. As penalidades serão, obrigatoriamente, registradas e publicadas no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF** e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

15.3. Deverão ser observadas, também, as sanções previstas no item 13 do Termo de Referência (Apenso), como também as constantes da Minuta de Contrato (Anexo III) deste Edital para este item, se for o caso.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

- 16.2.** A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório, poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado. (Art. 50 do Decreto nº 10.024/2019).
- 16.3.** As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.4.** Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados na **Divisão de Contratações – DICR** – situada na **Rua Professor Álvaro Rodrigues, nº 460 - Térreo – Botafogo – Rio de Janeiro/RJ – CEP 22.280-040 - Telefone (0xx21) 3616-7000, nos dias úteis nos horários das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, ou por solicitação através do e-mail licitacao.filialrio@dataprev.gov.br.**
- 16.5.** Qualquer pedido de impugnação e esclarecimento, em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado ao Pregoeiro pelo e-mail licitacao.filialrio@dataprev.gov.br, o qual divulgará a resposta através do Portal de Compras do Governo Federal – Compras Governamentais, sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 16.6.** O Contratado poderá aceitar a alteração das quantidades estabelecidas no Pedido de Compra/Contrato em até 25% (vinte e cinco), para mais ou menos, consoante o disposto no Art.81, § 1º, da Lei nº 13.303/2016 e art. 108 do Regulamento de Licitações e Contratos da Dataprev.
- 16.7 O licitante vencedor deverá indicar o nome do representante legal da empresa para fins de assinatura do Pedido de Compras/Contrato, acompanhado de cópia do instrumento legal que lhe confere tais poderes.**
- 16.7.1.** Junto com o documento acima, o licitante deverá encaminhar uma cópia da respectiva **cédula de identidade, devidamente autenticada.**
- 16.8.** Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original, cópia autenticada ou comparada. A cópia de documento, autenticada na forma prevista em lei, dispensará nova conferência com o documento original.
- 16.8.1.** Os documentos apresentados, que forem retirados via internet, não precisarão ser autenticados, devendo sua autenticidade ser verificada posteriormente pelo pregoeiro.
- 16.8.2.** Será dispensada a exigência de autenticação de cópia de documento, quando o servidor responsável, mediante comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade, na forma da Lei nº 13.726/2018.

- 16.9.** É vedado que familiar de agente público da DATAPREV, ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento, preste serviço nesta Empresa Pública Federal, observados os ditames e as exceções previstas no Decreto nº 7.203/2010.
- 16.10.** Observar a disciplina da Lei nº 12.846/2013 que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.
- 16.11.** Dar conhecimento do Código de Ética da DATAPREV aos empregados da CONTRATADA que exerçam suas atividades nas dependências desta Empresa Pública Federal, a fim de garantir a fiel observância das regras e orientações contidas no referido código.
- 16.12.** O regulamento de Licitações e Contratos da Dataprev está disponível no Portal Dataprev na seguinte URL: <http://portal.dataprev.gov.br/aceso-informacao/licitacoes-e-contratos>.

17. DOS PRAZOS

- 17.1.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.
- 17.2.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias e horas de expediente na DATAPREV.

18. DO FORO

- 18.1.** O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 2023

Carla Paluma Calile
Departamento de Compras
Gerente Executiva